

# Informativo



Agosto/setembro de 2015 - Ano 11 - Número 60

## Jurídico

Desapropriação  
direta e indireta

## Entrevista

Momento de criar  
alternativas

## Mercado

Incentivo à produção  
de citros de mesa



## **Cancro Cítrico**

**Legislação deve atender  
realidade do campo**

# Uma história de conflitos

Por  
**Flávio de Carvalho Pinto Viegas**  
 Presidente da ASSOCITRUS

A citricultura em São Paulo tomou impulso e novo direcionamento a partir de meados da década de 60. Em 1962, uma intensa geada devastou os pomares da Flórida e abriu o mercado para o suco brasileiro. O país já tinha uma citricultura desenvolvida, tecnologia, contou com apoio governamental e soube aproveitar a oportunidade, tornando-se em pouco tempo o maior produtor e exportador de suco de laranja.

O setor, desde o início, caracterizou-se por um oligopólio industrial, ambicioso e determinado e produtores competentes porém pouco organizados. Desde o início há na literatura referências e alertas para o impacto sobre os citricultores de uma relação tão assimétrica. Em 1971, o economista John G. Clarke, designado pela FAO para trabalhar no Itál, registra: "Uma nuvem negra no horizonte está aumentando a insatisfação dos citricultores em relação às negociações com os processadores, resultante de um suposto conluio na aquisição de frutas, com o objetivo de influir no preço."

Em 1974, o crescimento da produção e a crise do petróleo provocaram uma enorme crise no setor e o governo sugeriu que a indústria cítrica brasileira

criasse um "pool" exportador inspirado no cartel da OPEP. Em julho de 1974 as indústrias apresentam um documento propondo cotas de exportação, limitação das compras de laranja e distribuição dos estoques. Nesse mesmo ano, a crise obrigou os produtores a criar a Associtrus e as indústrias criaram a Abrassucos.

A crise leva a Sanderson à falência e o estado cria a Frutesp. A CACEX, um órgão designado para controlar as exportações, transformou-se num fórum de debates e árbitro dos preços da laranja. Benedito Moreira, diretor da Cacex na época, comentou em depoimento, em 1985, a Geraldo Hasse, publicado no livro *A Laranja*: "A indústria de suco era uma nova atividade para os homens originados do mercado de fruta "in natura". Eles têm o mérito da implantação dessa indústria no Brasil, mas como empresários industriais, sua visão tende mais para o imediatismo, daí os conflitos que se agravaram à medida que cresceu o volume de negócios com o exterior.(...) Nessa época as compras de laranja junto aos citricultores eram feitas desorganizadamente. Ouvindo os dois lados achei que os produtores estavam sendo injustiçados, pois a indústria era organizada na compra de frutas. Eu não pretendia, como governo, me meter no conflito, mas aconselhava a indústria a pagar melhores preços."

Como fórum de negociações, a CACEX procurava administrar três conflitos, entre os citricultores e as indústrias, entre as indústrias grandes e as indústrias pequenas e entre as grandes indústrias.

Em 1976 a Citrosuco e Citrovita foram denunciadas por abuso do poder econômico pelo deputado Herbert Levy.

Apesar da aparente rivalidade entre Citrosuco e

Centrale na época, ambas uniram-se em 1977 para comprar a Citral, Tropsuco e Sucorrico. Em 1981 as empresas foram absolvidas pelo CADE.

Em 1982 foi adotado um sistema de cotas de exportações.

Em 1985 uma nova crise entre citricultores e indústrias resultou em piquetes dos produtores para bloquear as fábricas que não aceitaram os preços aprovados pela CACEX. O caso foi por interferência do presidente Sarney.

A crise provocou uma cisão na Abrassucos e a Cargill e a Citrosuco criaram a ANIC. O acordo das cotas passou a ser questionado por algumas indústrias.

Os citricultores passaram a se organizar em "pools", enfraquecendo a Associtrus e, sem perceber, fortalecendo as indústrias, que passaram a negociar com os líderes de "pools", dividindo desta forma o setor para melhor controlá-lo.

A Frutesp foi inviabilizada por um ataque dos concorrentes a seus fornecedores e clientes e foi vendida em 1993.

Em 1994, a Associtrus e a Aciesp denunciaram ao CADE as indústrias por cartel. Em 1995 as indústrias assinam um termo de correção de conduta TCC com o CADE.

Em 1999 uma nova denúncia gera abertura de um novo processo que está tramitando no CADE até hoje.

Neste período, mais de 20 mil citricultores foram excluídos do setor, a maioria perdeu seu patrimônio, outros estão altamente endividados, enquanto a indústria cresceu, concentrou-se e verticalizou-se, tornando-se praticamente autossuficiente em matéria-prima.

Criou-se um novo modelo de produção, baseado em grandes pomares, que usam os municípios que os abrigam como alojamento temporário de "boias-frias", com o ônus de abrigar e dar assistência social aos trabalhadores trazidos de outras regiões do país durante a colheita.

O modelo que prevaleceu no setor até o início da década de 90 era o de pequenos e médios produtores que residiam nos municípios citrícolas, dinamizavam a economia, criavam condições de retorno ao município dos jovens que saíam para estudar nos grandes centros, assegurando geração e distribuição de renda e emprego.

## Não deixe de participar! Associe-se

Solicite sua ficha de cadastro de sócio na sede da Associtrus, na Rua Cel. Conrado Caldeira, 391, Centro, CEP: 14.701-000 - Bebedouro-SP ou através do email [associtrus@associtrus.com.br](mailto:associtrus@associtrus.com.br)  
 A contribuição quadrimestral é obtida multiplicando-se a estimativa de caixas a serem colhidas por US\$ 0,01 (um centavo de dólar). O valor resultante pode ser pago em três parcelas.

### IMPORTANTE!

Identifique e confirme a sua contribuição.

## EXPEDIENTE

Publicação bimestral da Associtrus  
 (Associação Brasileira de Citricultores)

Conselho Editorial: Diretoria

Produção, edição e fotos: Iha Comunicação

Tiragem: 4.500 exemplares

Divisão de jornalismo: Eduardo Iha e Carolina Iha

Diagramação: Juliana Iha

**Associtrus - Associação Brasileira de Citricultores**

Rua Cel. Conrado Caldeira, 391, Centro, CEP: 14.701-000 - Bebedouro - SP  
 Fone: (17) 3343-5180 Cel: (17) 99123-9831 - E-mail: [associtrus@associtrus.com.br](mailto:associtrus@associtrus.com.br)

Home Page: [www.associtrus.com.br](http://www.associtrus.com.br)

### DIRETORIA

Flávio Pinto Viegas, Douglas Eric Kowarick,  
 Lenita Arruda Boechat e Charles Teixeira.

Para anunciar ligue (17) 3343-5180

# Associtrus sugere mudanças na legislação de controle do cancro

*Ações de controle serão abordadas pelo presidente da associação dentro da Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico (Canecc).*

O presidente da Associtrus, Flávio de Carvalho Pinto Viegas, pretende encaminhar junto à Canecc (Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico), desenvolvida desde 1974, alterações na legislação federal de controle da doença com o objetivo de adequar a mesma à realidade das diversas regiões produtoras de citros do país. "Hoje, dependendo da incidência da doença, a legislação prevê a erradicação total dos pomares. Mas, em algumas regiões, como no Paraná e no Rio Grande do Sul, onde os índices são enormes e praticamente não há mais como controlar a doença, os produtores não conseguem cumprir a lei, por isso, a adequação se faz necessária", diz o presidente da Associtrus, Flávio Viegas, ao citar que o momento é favorável considerando a disposição do governo do Estado de São Paulo em fazer ajustes na legislação do maior estado produtor de citros do país.

Em conjunto com a Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), a Associtrus encaminhará ao Ministério da Agricultura, através dos órgãos competentes, sugestões de modernização da legislação federal e estadual visando o estabelecimento de medidas de controle integrado, alternativa utilizada em regiões onde medidas de prevenção e erradicação não são mais possíveis devido à alta incidência da doença e inviabilidade econômica por parte dos produtores. "É preciso reconhecer o problema e encontrar alternativas eficazes e possíveis de serem cumpridas pelos produtores. Precisamos discutir a legislação de controle do cancro cítrico e do greening, doenças que representam verdadeiro risco de sustentabilidade da citricultura", diz Viegas.

Dentre as ações que fazem parte das sugestões da associação e da Faesp está o financiamento ao citricultor que quiser partir para outra cultura; discriminação das restrições e penalidades entre os cítricos destinados à indústria e ao mercado de fruta

fresca; adoção de medidas de controle sanitário e de penalidades específicas para packing houses e outros locais de grande trânsito de caminhões de frutas; criação de uma linha de crédito

destinada à erradicação de pomares improdutivos e contaminados e o incentivo para a introdução de novas atividades com condições diferenciadas de prazo e juros; entre outras.

## No Brasil e em São Paulo

**Brasil** - Maior produtor e exportador de suco de laranja do mundo, com embarques de 1,93 milhão de toneladas em 2014, o equivalente a US\$ 1,97 bilhão, o Brasil deve investir cada vez mais em sanidade. Entre as ações da Canecc, voltadas à erradicação do cancro cítrico, está a fiscalização dos viveiros produtores para garantir que apenas mudas sadias possam ser produzidas e comercializadas. Interligada a esse trabalho está a fiscalização nas barreiras rodoviárias.

Uma das formas mais comuns de propagar o cancro cítrico é por meio de mudas não fiscalizadas, que podem ser produzidas com materiais contaminados.

**Em São Paulo** - Secretaria da Agricultura de São Paulo inicia um processo para revisão da atual legislação estadual sobre o controle do cancro cítrico e do greening. O trabalho será desenvolvido no âmbito da Câmara Setorial de Citros, da Comissão Técnica de Citricultura e por técnicos dos mais diversos órgãos da secretaria. O trabalho deverá considerar as exigências sanitárias impostas pelos países importadores de frutas cítricas de São Paulo.

**A doença** - O cancro cítrico é provocado por uma bactéria que penetra nos tecidos dos ramos, das folhas e dos frutos pelas aberturas naturais das folhas e frutos ou por ferimentos causados por espinhos, material de colheita e também o trânsito de veículos em áreas com pomares contaminados. A bactéria se espalha pelo pomar e pode se deslocar por dezenas ou mesmo centenas de metros e infectar novas plantas e pomares.

Os impactos da doença estão rela-

cionados à desfolha de plantas, à depreciação da qualidade da produção pela presença de lesões em frutos, à redução na produção pela queda prematura de frutos e à restrição da comercialização da produção para áreas livres da doença.

### Dados do Fundecitrus

O cancro cítrico voltou a ser uma grande preocupação do setor citrícola paulista desde que a legislação para o Programa de Erradicação do Cancro Cítrico foi amenizada, em meados de 2009, excluindo a exigência de erradicação de todo o talhão de plantas em situações que o índice de contaminação fosse 0,5% ou mais, e o convênio entre o Fundecitrus e a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo não foi renovado.

Entre 2001 e 2009, a doença manteve baixas incidências de talhões contaminados, variando entre 0,08% e 0,20%. A partir de 2010, começou a avançar e chegou a 0,44% de talhões contaminados. Em 2012, atingiu 1,39%, registrando a maior incidência da doença desde seu primeiro relato, em 1957.

Historicamente, o cancro cítrico sempre apresentou maiores incidências nas regiões Noroeste e Oeste, onde foi primeiro detectado e nas quais os citricultores sempre foram mais resistentes à aplicação do Programa de Erradicação do Cancro Cítrico.

Nessas duas regiões, as altas incidências de talhões contaminados em 2012 são bastante preocupantes (11,5% na região Noroeste e 2,7% na Oeste). Outra região em que a doença cresceu bastante foi o Centro (0,8%), atingindo também a maior incidência registrada desde o início dos levantamentos nessa região.

# Cancro cítrico se espalha pelos pomares paulistas

A Secretaria da Agricultura de São Paulo inicia um processo para revisão da legislação sobre o controle do cancro cítrico e do greening e informa que por se tratar de um assunto complexo envolve diversas exigências. Para a Secretaria, a legislação federal de 1997 que regulamenta toda a sistemática do cancro cítrico no Brasil, também precisa passar por uma revisão.

Dados da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) do segundo semestre de 2014 a partir do 12,9 mil relatórios entregues ao órgão aponta que das 13,35 milhões de plantas cítricas erradicadas no período em São Paulo, 2,4 milhões tinham greening e apenas 45,3 mil o cancro cítrico.

Para saber sobre a real incidência da doença no campo, a reportagem do Informativo Associtrus conversou com Leandro Aparecido Fukuda. Ele é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Lavras em 1989 dedicando-se desde o início a área de citricultura, trabalhando nas empresas Iharabras S.A. Indústrias Químicas (Sorocaba/SP), Coopercitrus e Comcitrus (Bebedouro/SP). Desde 2002 é membro da empresa FARMATAC atuando como consultor na cultura de citros principalmente nas áreas de produção de mudas, implantação, condução, tratamentos culturais, colheita e custos de produção. Possui MBA em Gerenciamento de Projetos, Análise de Viabilidade de Projetos e Coordenação de Projetos.

**Associtrus** - O governo do Estado de São Paulo está revisando a legislação sobre cancro cítrico. Como acontece a fiscalização hoje em dia? Revisar a legislação é o melhor caminho?

**Leandro Fukuda** - A fiscalização de hoje não tem a mesma efetividade de quando havia o convênio com o Fundecitrus. O número de pessoas no campo foi reduzido drasticamente com o final do convênio, o que com certeza aumentou muito a dificuldade de manter a doença em níveis baixos. Podemos notar isto nitidamente no campo.

Acredito que, no momento, o mais correto e sensato seria revisar a legislação, criando um ambiente mais focado na realidade atual.

**Associtrus** - Ainda é possível controlar o cancro cítrico no Estado? Como está a incidência da doença?

**Leandro Fukuda** - No meu entender, os prejuízos para controlar o cancro seriam muito grandes para a citricultura. Acho que já passamos um pouco deste momento. A incidência da doença tem aumentado a cada dia e após as chuvas de março e abril as ocorrências aumentaram muito.

**Associtrus** - Quais os principais motivos pelos quais a doença se espalhou?

**Leandro Fukuda** - Acredito que no início a doença se espalhava pelo movimento do homem, material de colheita e por outros fatores. Porém, no momento temos visto contaminações de áreas onde tudo é controlado rigidamente e isto nos faz pensar que hoje somos contaminados através do ambiente também. A cada dia está muito mais difícil se proteger da doença, e é muito comum encontrar cancro em áreas que até hoje estavam livres da doença.

**Associtrus** - Os dados da CDA então não refletem a realidade do campo? Por que?

**Leandro Fukuda** - Os produtores ainda têm um pouco de receio de declararem os números de Cancro e por conta disto, os números do CDA não refletem a realidade do campo. Acredito que isto se deve ao histórico de erradicações obrigatórias de raios e relações antigas, que criaram uma visão de conflito no campo. Penso que somente com informação é que podemos mudar tudo isto, para que os números reflitam a realidade do campo.

**Associtrus** - Anos atrás ainda era possível ter controle do cancro através do manejo? O que mudou?

**Leandro Fukuda** - Como as contaminações tinham uma lógica, como a colheita, movimentação de veículos e outros, era totalmente possível controlar a doença dentro de uma



Engenheiro Agrônomo Leandro Fukuda

propriedade, e isto podemos afirmar por experiência própria. Hoje parece que “enxugamos gelo” e as plantas doentes reaparecem em quantidades maiores a cada dia. Claro que ainda temos uma variação de volume de contaminação por região no estado.

**Associtrus** - Quais as orientações técnicas para os produtores?

**Leandro Fukuda** - Temos orientados os produtores a manter o menor número de plantas doentes possíveis, através da erradicação das plantas com a doença. Contudo, isto fica cada dia mais difícil, devido ao grande aumento do número de plantas doentes em algumas quadras, o que faz com que a erradicação destas plantas inviabilize economicamente a quadra ou o Citricultor.

**Associtrus** - Fique à vontade para demais considerações.

**Leandro Fukuda** - É o momento de pensarmos que quando um patrimônio como um pomar de citros é destruído, não é somente o citricultor que perde, mas sim nosso país. O Estado deve pensar na nossa segurança e muito mais ainda no nosso desenvolvimento e levar em conta o prejuízo coletivo que podemos causar na citricultura com a lei vigente.

**SACOLAS E BAGS RIO PRETO**

Qualidade Garantida

- Sacola ou Ensacador 20 anos no mercado
- Caixa Saco
- Big Bags
- Lonas em Polipropileno

Fone: (17) 3226-1409  
Orçamentos sem Compromisso

Estoque para Pronta Entrega  
Despachamos para Qualquer Lugar

# Desapropriação direta e indireta

*A polêmica da indenização para o produtor rural*

Por

**Diego Gil Menis**



Advogado no Rossi & Berto Advogados. Mestrando em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino.

O direito de propriedade é garantido, sobretudo, pela Constituição Federal, norma que possui o maior no grau hierárquico no sistema legal brasileiro. Isso quer dizer que, alguma outra lei para ter validade plena, deve respeitar os parâmetros balizados nesta Carta Constitucional.

O direito de possuir alguma propriedade do mesmo modo que é assegurado, também é polêmico a partir do momento em que é necessário utilizar a propriedade particular para atender um bem comum público. Está-se diante, portanto, de uma intervenção estatal permitida também pela Constituição Federal.

Um dos exemplos que mais ocorre – e ao que importa ao produtor rural – é a desapropriação para fins de passagens de fios de energia e construção de torres estaiadas para possibilitar a passagem área dos cabos.

Isso tudo porque não é novidade que com o tempo, uma das principais fontes de progressão tecnológica foi a energia elétrica. No Brasil, a fonte basilar para produção de eletricidade são as hidrelétricas, sendo estimado que atualmente, 90% da energia advém dessa fonte.

Entretanto, por pura questão de logística a instalação dessas hidrelétricas nem sempre as coloca no local em que a energia é totalmente consumida, existindo a premente necessidade de transmitir a energia produzida às demais regiões do país, tudo possibilitado por meio de fios e cabos e para que esse transporte seja feito é necessário instalar enormes torres.

Essas torres são colocadas em diversos imóveis rurais e, para tanto, existe a necessidade de intervir na propriedade privada. Essa intervenção, de base legal, ocorre se ficar provada a imprescindibilidade da passagem dos fios naquele local. Nessa situação, o proprietário do imóvel pouco pode fazer para obstar a instalação.

De fato, o decreto-lei n. 3.365/41 que trata dos casos de desapropriação, dispõe que a supremacia do interesse público deve prevalecer sobre a conveniência privada. E a questão de transmissão de energia elétrica através de cabos e torres, é um caso desses.

Há de se ressaltar que existe das espécies de desapropriação, a direta e a indireta. Na primeira há perda da propriedade, na segunda, apenas se limita o direito do dono do imóvel e no que tange valores, pelos motivos óbvios, a direta é bem maior do que a indireta.

No caso da desapropriação indireta, utilizada nos casos da instalação de

torres de energia, deve-se buscar uma indenização pautado não só pela perda da possibilidade de produzir algo na terra que será utilizada na transmissão de energia, porém, considerando as diversas restrições da propriedade.

Realmente, a faixa de servidão torna-se não edificável, não se permitindo a existência de construções nela, sendo necessário, inclusive, demolir as existentes; a proibição de culturas é óbvia, vedando-se, expressamente, o plantio de eucaliptos, pinheiros e de outros tipos indicados para reflorestamento; a proibição de queimadas na faixa de servidão e nas áreas adjacentes, além da utilização de diversos produtos.

Há ainda mais. Evidente que a propriedade, numa futura venda, há de perder valor pela área contígua que não poderá ser utilizada.

Por todos esses motivos de restrição, alguns pontos não de ser ponderados, possibilitando a defesa do proprietário rural quanto ao valor ofertado pela desapropriante, isso porque, quando há negociação para desapropriar o imóvel rural, quase sempre, a proposta se dá em valores módicos e inferiores ao que realmente o imóvel perde.

Em outras palavras, já que não se discute a necessidade e o interesse coletivo, o mesmo não se pode mencionar nos valores ofertados a título de indenização ao proprietário que perderá o direito sobre o imóvel, podendo valer-se de peritos especializados e de profissionais da área jurídica para aquilatar todos os pontos mencionados acima que restringirão a propriedade e se necessário, através de processos judiciais, alcançando assim o valor justo do prejuízo.

Pagamento em 4x no cartão  

**COOPERCITRUS** 

Tudo o que você precisa em um só lugar!



















Avenida Quito Stamato, 530 - Bebedouro, SP • Telefone: 3344-3000 • [www.coopercitrus.com.br](http://www.coopercitrus.com.br)

# Governo do Estado incentiva produção de citros de mesa

*Programa Citricultura Nota 10 pretende disponibilizar cerca de 60 variedades e porta-enxertos de citros de mesa para serem validados pelos citricultores paulistas.*

Lançado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio do Instituto Agronômico (IAC), o programa Citricultura Nota 10, para incentivar a produção de citros de mesa. O programa pretende disponibilizar cerca de 60 variedades e porta-enxertos de citros de mesa para serem validados pelos citricultores paulistas e oferecer aos produtores um conjunto de variedades selecionadas pelo programa de melhoramento genético do IAC e transferir conhecimento de manejo dos pomares.

O IAC disponibilizará aos interessados grupos de cultivares de laranja, laranja para NFC – usada para suco natural – de baixa acidez, de umbigo, de polpa vermelha e sanguínea. Também serão oferecidos materiais de tangerina, tangerina tipo Ponkan, tipo Murcott, mexerica e lima ácida. Os materiais, selecionados do Banco Ativo de Germoplasma do IAC, foram pré-avaliados em ensaios por apresentarem qualidade de frutos, diferentes épocas de maturação e boa produção. Alguns deles apresentam resistência a doenças importantes na citricultura.

Para falar sobre o mercado de citros de mesa e avaliar a iniciativa do governo do Estado de São Paulo, a reportagem do Informativo Associtrus conversou com o Sr. Emílio César Fávero, presidente da Câmara Setorial de Citros do Estado de São Paulo; presidente da ABCM – Associação Brasileira de Citros de Mesa; e vice-presidente da Assoceasa – Associação dos Permissionários da Ceasa Campinas. Ele também é sócio-diretor da Alfa Citrus Com. de Frutas Ltda, empresa esta estabelecida em Engenheiro Coelho, com Box na Ceagesp e Ceasa de Campinas

**Associtrus** - Como está o mercado de fruta de mesa no Brasil e, em especial, no Estado de São Paulo?

**Emílio Fávero** - O Mercado de Fruta de Mesa tem que ser dividido em dois. Um para a Laranja Comum e outro para as Laranjas Doces e Tangerinas. Quando falamos de laranja, para suco ou consu-

mo in natura, temos uma situação muito ruim com preços muito baixos nos atacados e varejos. Ainda temos a situação da laranja sendo o hortifruti mais barato nas gondolas dos supermercados e isto significa remuneração baixa ao produtor. As outras laranjas (Lima, Baía etc.) e as tangerinas já possuem um mercado bem interessante com uma valorização melhor que representa números melhores para os produtores. Isto tudo também tem a haver com a oferta. Estas frutas não possuem um número muito grande de plantio o que não gera uma oferta muito grande para o mercado.

**Associtrus** - Quais as principais variedades cultivadas e como é a aceitação do consumidor?

**Emílio Fávero** - A principal variedade da laranja é a Pera, com predominância quase que total no mercado. Temos ainda outras variedade que dependendo da época do ano acaba tendo uma relevância. Das tangerinas a principal ainda é a Ponkan sendo a Murcott bem presente no segundo semestre do ano.

**Associtrus** - Como avalia o programa Citricultura Nota 10 lançado pela Secretaria de Agricultura de SP para incentivar a produção de citros de mesa?

**Emílio Fávero** - Penso que este programa vem de encontro a necessidade de ambos os setores, o de pesquisa e do produtor. No de pesquisa que sempre argumenta que aquilo que eles produzem de conhecimento quase pouco chega ao mercado e o produtor que diz que precisamos trabalhar novas variedades e novos produtos para oferecer ao consumidor.

**Associtrus** - O IAC disponibilizará aos interessados grupos de cultivares de laranja, laranja para NFC – usada para suco natural – de baixa acidez, de umbigo, de polpa vermelha e sanguínea. Também serão oferecidos materiais de tangerina, tangerina tipo Ponkan, tipo Murcott, mexerica e lima ácida. As variedades ofertadas e o acompanhamento por parte do IAC serão suficientes para abrir mais es-

paço no mercado interno principalmente para os pequenos e médios citricultores?

**Emílio Fávero** - Como um primeiro passo este trabalho do IAC é fundamental de acompanhar o desenvolvimento e validar este produto como sendo bom para ao mercado. O outro é fazermos o consumidor reconhecer como um novo produto e o mesmo ser desejado. Penso que neste aspecto a ABCM pode ter um papel importante.

**Associtrus** - E quanto ao consumo interno? Será suficiente para sustentar um possível aumento no número de produtores e de frutas?

**Emílio Fávero** - O maior desafio que temos e isto devemos fazer na Associação e na Câmara Setorial é o de propor ações para aumentar a base de consumo no mercado interno. Nós temos uma boa base de consumo de laranja in natura mas precisamos incentivar mais o consumo do suco. Para a laranja comum penso que este é o caminho mas para as outras variedade devemos pensar em inovação seja no produto ou na forma de apresentá-lo. O consumidor é muito receptivo a inovações e bons produtos. Isto permite também a nos remuneramos melhor. Temos que comunicar melhor os benefícios dos nossos produtos.

**Associtrus** - O senhor acredita que a ampliação e fortalecimento do mercado interno da fruta fresca de citros é um caminho para tentar manter na citricultura aqueles que conseguiram permanecer na atividade até o momento?

**Emílio Fávero** - Ampliar e fortalecer o mercado é o desafio até porque temos a concorrência de muitos outros produtos que também querem esta fatia do desejo do consumidor mas a forma que penso para que o pequeno e médio produtor se mantenha na citricultura é através de uma produção com qualidade e com diversificação e na organização através de associações ou cooperativa. Acredito num conceito de Boas Práticas de Produção e Beneficiamento para garantir ao consumidor um produto seguro. Me preocupa

o fato de algumas indústrias passarem a oferecer e fornecer laranjas também para o mercado interno e que isto cause um desequilíbrio na oferta e procura causando assim uma constância de preços baixo inviabilizando o mercado interno.

**Associtrus** - A citricultura de mesa sempre esteve em segundo plano, abastecendo o mercado com cultivares também utilizadas na indústria de processamento. O programa Citricultura Nota 10 será uma alternativa para organizar um novo setor dentro do mercado citrícola direcionado em sua maior parte para a indústria de processamento?

**Emílio Fávero** - Acho que a produção de laranja para indústria continuará sendo a maior parte da produção, mas já temos um movimento nos produtores onde uma parte de sua produção ele já tem interesse em cuidar para oferecer ao mercado interno. Estes produtores já começam a ver no mercado de mesa uma alternativa para sua produção. O próximo passo talvez seja a diversificação de sua produção e aí entra o Programa do IAC oferecendo novas alternativas na produção. Como disse até mesmo as indústrias estão vendo o mercado de mesa com opção.

**Associtrus** - Como tem sido a atuação da Câmara de Citricultura de SP e da Associação Brasileira de Laranja de Mesa? Quais as principais ações dos dois órgãos para incentivar a produção e comercialização de citros de mesa?

**Emílio Fávero** - Em termos da ABCM estamos com a associação regularizada e iniciando a oficialização dos associados



através da primeira remuneração. Organizamos junto com o Centro de Citricultura o último encontro do Citros de Mesa e devemos nestes próximos dois meses nos reunirmos para definir o plano de trabalho para o próximo ano. Através da ABCM é que estamos na Câmara e Presidindo a mesma. É na Câmara que temos mais atuado. A Câmara tem se tornando o fórum dentro do Estado onde se tem apresentado os problemas e demandas do setor e discutidos junto ao Secretário da Agricultura Arnaldo Jardim. O Secretário tem procurado dar o maior apoio possível ao Citros de Mesa como participando deste último encontro e participando pessoalmente das reuniões quando possível, como na última reunião realizada no Centro de Citricultura na Semana da Citricultura. Nestas oportunidades ele tem ouvido e conver-

sado pessoalmente com representantes e participantes do setor. Para a condução do trabalho criamos na Câmara quatro subgrupos de trabalhos para organizar e direcionar as atividades que são: a) Ampliação do Mercado Interno; b) Problemas Fitossanitários; c) Dados Estatísticos e d) Pesquisa Científica. Que assuntos temos discutidos atualmente: Proposta para desoneração de tributos do suco integral; Incremento de compras institucionais pelo Estado; Adoção pelo Estado da Laranja como Patrimônio e com isso desenvolver ações no âmbito educacional, de saúde, turismo, e agricultura; Revisão da Legislação do Cancro Citrico e Grenning; proposta de implantação do Alerta Fitossanitário em todo o Estado, apoio para Pesquisa do Citros de Mesa pela IEA e novo portal do Citros desenvolvido pelo IEA com todas as informações disponíveis no Estado.



**AGRIFLORA**  
MUDAS FLORESTAIS

**MUDAS DE EUCALIPTOS**

- ✓ Mudanças Clonais (diversos cultivares),
- ✓ Mudanças Seminais (diversas Espécies),
- ✓ Orientação Técnica (projetos, plantio e manutenção)

RENASEM - SP 01835/2008

**(16) 3322-6488**

Rod. W. Luiz, km 273 • CP 309 • CEP 14.800-670 • Araraquara-SF  
www.agriflora.com.br • zanifilho@agriflora.com.br

**gruta**  
AGROPECUÁRIA

www.grutaagropecuaria.com.br  
fsjgruta@uol.com.br

**Fones: (19) 3451-0904 / 3441-9786**

**Fax: (19) 3495-2547**

PARA PROTEGER O QUE HÁ DE MAIS IMPORTANTE NA SUA VIDA, TEM QUE SER **ALGUÉM DE CONFIANÇA.**

**SEGUROS**  
SICOOB CREDITRUS



www.sicoobcreditrus.com.br

**SICOOB CREDITRUS**  
Cooperativa de Crédito

Somos Todos nós.

# Produtores devem buscar alternativas de comercialização

*Real mais desvalorizado pode contribuir com preços positivos para o produtor paulista, mas, por si só, não é suficiente para sustentar uma trajetória de capitalização ascendente.*

A entrevistada do Informativo Associtrus é a Prof. Dra. do Departamento de Economia, Sociologia e Administração da Esalq/USP e pesquisadora do Cepea/Coordenadora do Projeto Hortifruti Brasil, Margarete Boteon.

Ela fala sobre o atual momento do mercado de citros e suas implicações para os produtores.

**Associtrus** - Após anos de preços baixos, a safra 2015/16 dá sinais de recuperação. A senhora acredita que os novos contratos serão capazes de capitalizar os produtores que conseguiram se manter na atividade até o momento?

**Margarete** - Para alguns sim, outros não. Vai depender do nível de endividamento de cada produtor.

**Associtrus** - Quais as melhores estratégias neste momento de recuperação de preços para o produtor independente?

**Margarete** - A recente crise mostrou que o produtor independente é mais susceptível as variações de preços. Assim, o ideal é ele buscar alternativas de comercialização além da indústria para tornar menos arriscada sua atividade. Os produtores de menor porte, os familiares, devem se organizar e tentar comercializar parte da sua produção através de programas de apoio a agricultura familiar como o da aquisição de alimentos pelas prefeituras para a merenda escolar.

**Associtrus** - Como vê os mecanismos utilizados para garantir o preço mínimo ao produtor como os leilões de Pepero? Eles são realmente viáveis ou apenas amenizam e disfarçam um problema ainda maior?

**Margarete** - Observando os resultados do Pepero nos últimos anos na citricultura, ele foi um programa emergencial, para minimizar uma situação grave de preços e de dificuldade de escoamento da produção.

**Associtrus** - Os preços desta safra são influenciados, principalmente, pela diminuição dos estoques de suco da indús-

tria e pela queda das safras brasileira e norte-americana? Quais as expectativas daqui pra frente?

**Margarete** - O real mais desvalorizado pode contribuir com preços positivos (em reais) para o produtor paulista. Mas, isso por si só não é suficiente para sustentar uma trajetória de capitalização do produtor ascendente. No caso do balanço da oferta e demanda de suco global, o saldo ainda é incerto nos próximos anos. Apesar de no curto prazo, a previsão é de uma oferta bastante justa em relação a demanda. No médio e longo prazo, vai depender da taxa de queda do consumo x da taxa de expansão da oferta global.

**Associtrus** - E quanto ao mercado de consumo em queda? A que ponto isto pode colocar em risco a citricultura brasileira?

**Margarete** - A queda do consumo global, por si, só não coloca em risco a citricultura brasileira. Mas, pode inviabilizar uma parcela de processadoras e de produtores. "Com o cobertor mais curto", isto é, com uma menor demanda, pode acentuar ainda mais a concentração de produtores e processadoras no setor.

**Associtrus** - A descapitalização fez com que muitos abandonassem o manejo correto aumentando assim significativamente a incidência de doenças. Como isto influencia o mercado e a rentabilidade do produtor?

**Margarete** - Maus tratos num pomar influenciam na produtividade atual e futura. Assim, mesmo com a perspectiva positiva de preços para 2015/16, um pomar de baixa produtividade pode limitar a retomada de renda do produtor daqui por diante.

**Associtrus** - Quais os caminhos para uma relação harmônica entre os elos da cadeia? Existe um ponto de equilíbrio?

**Margarete** - No âmbito produtor e extensão/pesquisa, acredito que o Fundecitrus deve ser cada vez mais fortalecido. No âmbito comercial produtor/indústria, o Consecitrus pode tornar mais



*"A recente crise mostrou que o produtor independente é mais susceptível as variações de preços. Assim, o ideal é ele buscar alternativas de comercialização além da indústria para tornar menos arriscada sua atividade".*  
(Margarete Boteon)

harmônico as relações comerciais entre o produtor e a indústria. No âmbito institucional, as associações/instituições devem promover uma maior atratividade do setor, especialmente com programas de consumo e de apoio a produção e comercialização da laranja.

**Associtrus** - Como vê a implantação do Consecitrus?

**Margarete** - Acredito que ele pode tornar um marco regulatório importante na citricultura paulista, especialmente como um mecanismo de fixação de preços mais transparente para o setor. É um instrumento que pode favorecer a relação comercial entre produtor e indústria.